

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

A T A

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE GRADUAÇÃO DA EFLCH-UNIFESP.

Ao primeiro dia do mês de junho de 2020, às 09 horas, reuniu-se em plataforma virtual a Câmara de Graduação da EFLCH-Unifesp, por convocação de sua presidenta, professora Vera Jardim.

Participantes: Presidente da Câmara: Vera Jardim. Representantes docentes: Alexandre Godoy (História), Lucília Siqueira (História), Lúcia Rocha (Filosofia), Sandro Kobol (Filosofia) João Kogawa (Letras Português), Marcelo Lachat (Letras Português), Leandro Pasini (Letras Espanhol), Sílvia Etel Gutiérrez (Letras Espanhol), Fernando Rodrigues (Pedagogia), Adriana Regina Braga (Pedagogia), Uirá Garcia (Ciências Sociais), José Hamilton (Letras Francês), Suzana Mizan (Letras Inglês), Maria Lúcia Claro (Letras Francês), Maria Eulália Ramicelli (Letras Inglês). Representantes TAE: Lídia Martins e Elaine Pires. Representante discente: João Batista Magalhães Prates. Representante do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAÍ): Erica Garrutti. Representante do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE): Matheus Ferreira e Arilson de Souza Silva. Representante do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP): Andreza Avelois e Márcio Ribeiro. Convidada: Magali Aparecida Silvestre (Diretora Acadêmica). Justificou ausência: Manoela Rufinoni (História da Arte).

I. Pauta: I. Informes; II. Ordem do Dia: 1. Aprovação das atas anteriores; 2. Submissão: PPC Letras; 3. Retomada do Calendário Acadêmico. A presidenta da Câmara de Graduação, Vera Jardim, iniciou a reunião às 09 horas e 30 minutos. **I. Informes:** Vera relatou o ocorrido nas reuniões do Conselho de Graduação, ocorridas nos dias 27 (reunião ordinária) e 29 (reunião extraordinária) de maio. Na primeira, foi apresentado um plano emergencial de permanência estudantil e as apresentações dos cursos; na segunda reunião, foram apresentados os possíveis cenários de calendário. Vera disse que, no geral, as Câmaras estão fazendo um diagnóstico e algumas possuem um plano mais “completo” para retomar as atividades. Nossa Câmara havia levantado alguns questionamentos, sendo alguns respondidos na reunião do dia 29, mas apenas com alguns direcionamentos, sem uma resposta final. Entre os questionamentos apresentados por Guarulhos estavam o grau de autonomia para alterar planos e organizar um calendário próprio, quando os estudantes teriam acesso pleno etc. Disse ainda haver um indicativo da Prograd que trata da possibilidade de realizar uma série de modificações nos cursos e PPCs, mas que estas questões não foram votadas, portanto, ainda não há nada concreto. Há ainda um trabalho intenso sendo realizado pelo pró-reitor Anderson sobre os auxílios aos estudantes. Vera esclareceu que os documentos mencionados foram encaminhados aos membros da Câmara por e-mail. Em seguida, Erica deu os seguintes informes do NAÍ: nos dois últimos meses, trabalharam em planilhas do Censo que consta no plano emergencial enviado pela PRAE e esse censo tem relação com uma planilha contendo mais de 748 ingressantes de 2020 com deficiência. Foi elaborado um questionário para que os estudantes indicassem necessidades especiais, sendo 13 que responderam indicando deficiência. Erica ressaltou uma discrepância entre os dados dos anos anteriores, em que tiveram no máximo 50 alunos com deficiência em comparação aos 748 indicados para 2020. Outra lista recebida, gerada pela PRAE, é a de condições socioeconômicas e acesso a tecnologias da informação. Como resultado, receberam a indicação de que 1% dos alunos possui alguma deficiência e que eles não relatam dificuldades em razão da deficiência em si, mas ao sofrimento mental, dislexia e déficit de atenção, o que demanda pensar em ações mais efetivas e duradouras. Reunindo as duas listas, há uma estimativa de 20 alunos com deficiência e o NAÍ está fazendo contato com esses alunos por e-mail para o agendamento de reuniões e conversas. Os coordenadores de curso serão convidados a participar dessas conversas e, a partir delas, o NAÍ têm pensado na elaboração de materiais e na reelaboração do Moodle para adequação aos alunos com baixa visão, por exemplo, e tem sido construído um portal de acessibilidade da própria universidade. São 5 alunos de Filosofia, 2 de História da Arte, 1 de História, 3 de Ciências Sociais, 1 de Pedagogia, 3 de Letras Português, 1 de Letras Espanhol e 1 de Letras Inglês. A Diretora Acadêmica Magali informou que, muito possivelmente, o próximo semestre não será de normalidade e disse que o campus recebeu um SEI da Pró-Reitoria de Gestão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

A T A

51 com Pessoas solicitando planilhas de trabalho remoto dos docentes. O prazo é até dia 03 de junho
52 e essa solicitação já foi encaminhada às chefias de departamento. Esclareceu que os TAES já
53 estavam fazendo relatórios de trabalho remoto desde 17 de março. Outra informação é relativa à
54 legislação pertinente à formação de professores, pois em 2019 foi aprovada uma nova diretriz e
55 base comum nacional com informações bastante controversas. Tais informações dizem respeito à
56 formação inicial, o que impacta diretamente nossos cursos de licenciatura, pois retratam a
57 concepção de educação e de formação do governo federal. Foi publicada uma nova diretriz de
58 formação continuada e essa proposta é de que haja um curso de Pedagogia em educação infantil e
59 outro em ensino fundamental, sendo que a gestão seria tratada na pós-graduação. **Magali** disse ser
60 importante acompanhar estas discussões, pois as aprovações estão sendo feitas sem nenhum tipo
61 de consulta, chamando atenção para a necessidade de exigir da instituição uma ampla discussão
62 sobre a política de formação de professores antes de qualquer discussão sobre PPCs dos cursos. **II.**
63 **Ordem do Dia: 1. Aprovação das atas anteriores: Vera** colocou em votação as atas das reuniões
64 de 02 de março (ordinária), 30 de abril e 18 de maio (extraordinárias), sendo aprovadas por
65 unanimidade. **2. Submissão: PPC Letras: Suzana** fez a apresentação da nova proposta de PPC
66 dos cursos de Letras, em virtude da exclusão dos DCFs da Filosofia e também da curricularização
67 da extensão. São 8 PPCs, 4 de bacharelado e 4 de licenciatura para as quatro línguas. A oferta das
68 línguas estrangeiras foi passada do segundo para o primeiro semestre, no lugar do DCF. Isso
69 culminou em uma oferta dupla de línguas por três anos (até 2023). Todas as línguas estrangeiras
70 eram integralizadas em 10 semestres e a de Português em 8 semestres, sobrecarregando muito os
71 últimos semestres dos alunos de Português. Com isso, foi acrescentado um semestre ao curso
72 Português, ficando com 9 semestres. **Marcelo** esclareceu que o curso seguiu uma recomendação
73 do Apoio Pedagógico de aumentar um semestre, sem prejuízo do estudante ingressante até 2020
74 que porventura deseje concluir a licenciatura em 8 semestres. **Suzana** observou que outra alteração
75 feita foi nas Atividades Complementares, que incluiu a participação no centro acadêmico com
76 validação de 10 horas e participação em cargos eletivos de representação discente com validação
77 de até 20 horas, a monitoria voluntária de unidade curricular aumentou a validação para 35 horas.
78 As unidades curriculares optativas emergenciais serão excepcionalmente aceitas como atividades
79 complementares, consideradas como cursos extracurriculares. Os ingressantes até 2020 que não
80 cursaram os DCFs da Filosofia poderão cursar, no lugar, qualquer UC eletiva ou domínio conexo.
81 **Vera** pediu esclarecimentos sobre a questão dos PPCs serem iguais. **Hamilton** esclareceu que esta
82 identidade existe porque o curso de Letras diferencia seus cursos apenas quanto ao número de
83 unidades curriculares de língua estrangeira a cumprir. Por exemplo, entre o Inglês e o Espanhol, a
84 única diferença é nas línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol). **Vera** levantou uma dúvida sobre o
85 PPC de Francês bacharelado, item “objetivos específicos”, em que consta um trecho que não
86 consta nos outros PPCs. **Hamilton** esclareceu que há diferenças de redação entre os documentos e
87 que o trecho mencionado aparece em lugares diferentes, mas consta em todos os PPCs. **Márcio**
88 questionou a questão da integralização em 8 semestres, uma vez que o PPC novo seria único e
89 prevê 9 semestres. Sobre as equivalências, não entendeu como fica a situação do estudante que
90 porventura já tenha cursado os DCFs. **Marcelo** esclareceu que a única solução encontrada foi a de
91 aumentar para nove o número de semestres, deixando explicitada a possibilidade de os
92 ingressantes até 2020 poderem integralizar em 8 semestres. **João** esclareceu que o prazo mínimo
93 deve ser cumprido por todos os alunos e apenas o prazo máximo é que seria passível de alteração.
94 **Lúcia Claro** fez outros esclarecimentos para responder ao questionamento do Márcio. **Vera**
95 esclareceu que entende ser necessário indicar o prazo mínimo e o prazo regular de cada curso.
96 **Lúcia Claro** informou ainda que a CPAP disse que era necessário constar esses dois prazos no
97 PPC. Por isso, o mínimo para a licenciatura ficou 9 semestres, podendo ser 8 para os ingressantes
98 até 2020. **João** complementou dizendo que não entende haver dois prazos mínimos nos PPCs e
99 sim um único prazo com uma única exceção para atender alunos que passaram por mudanças no
100 PPC desde seu ingresso. **Vera** observou que é importante regular melhor a aprovação, pois muitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

A T A

101 vezes temos aprovações de PPC na Câmara e posteriormente os documentos são alterados em
102 outras instâncias, sem voltar a votação e discussão na Câmara, propondo que o diálogo seja melhor
103 afinado nessa questão. **Leandro** observou que a lógica dos fluxos dos PPCs é uma discussão que
104 ultrapassa a discussão dos PPCs de Letras e que este é o ponto desta pauta. **Vera** ressaltou
105 novamente a preocupação com a alteração feita na CPAP de documentos já aprovados nas
106 instâncias do campus (Câmara e Congregação). Sugeriu submeter os PPCs de letras à aprovação e
107 posteriormente discutir a questão dos fluxos de aprovação de PPCs. **João** pediu para não vincular
108 as duas questões, uma vez que o problema do fluxo não está na pauta. **Andreza** disse concordar
109 com o João e lembrou que esta questão do fluxo é sempre um problema, pois após as aprovações
110 realizadas nas instâncias do campus, ocorrem alterações significativas que não constavam no
111 documento aprovado inicialmente. Disse que em alguns momentos algumas alterações são
112 aprovadas e em outras não e que o prazo mínimo de integralização nunca foi considerado pelo
113 Apoio Pedagógico para um aluno ser incluído na lista de formandos, pois a orientação que temos é
114 que o aluno deve concluir a matriz do curso; uma vez concluída a matriz, ele poderia se formar.
115 Ressaltou que o Apoio já solicitou por diversas vezes as regras formais e legais relativas a PPCs e
116 matriz curricular à CPAP e nunca recebeu retorno. **Vera** disse concordar que esta pauta não está
117 prevista, mas que será preciso enfrentá-la. Submeteu o PPC de Letras à aprovação, que foi
118 aprovado com duas abstenções. **Lídia e João** sugeriram incluir a formação de uma comissão para
119 discussão dos fluxos de aprovação de PPC na próxima pauta, havendo concordância entre os
120 membros. **3. Retomada do Calendário Acadêmico:** **Vera** observou que haverá uma reunião
121 extraordinária do Conselho de Graduação (CG) na próxima quarta-feira e o calendário acadêmico
122 está na pauta. **Alexandre** disse que, pelo que entendeu da última reunião do CG, estamos bastante
123 amarrados, uma vez que todo o cenário pode se modificar na próxima reunião. Por isso, discutir as
124 propostas de projeção de dias letivos e demais questões fica difícil diante das incertezas e
125 indefinições até o momento. **Vera** disse concordar pois, para discutir um novo calendário,
126 teríamos que ter atendidos os princípios votados na última reunião da Congregação do campus.
127 Uma vez que não recebemos os recursos, não temos condições de avançar. **Sandro** disse acreditar
128 que a Prograd esteja fazendo o que é possível, no sentido de apresentar os cenários. **Lucília** disse
129 impressionar muito a falha na comunicação, pois há informações que já são de conhecimento da
130 Prograd e que não estavam claras para os campi. Por exemplo, a questão de que haverá um
131 calendário único para a Unifesp e que esse calendário só será retomado quando houver
132 atendimento aos estudantes que não possuem acesso. Também acredita, como o Sandro, que a
133 Prograd está trabalhando com a possibilidade das ADEs e que há questões que a Câmara pode
134 pensar agora, a respeito do início das atividades a distância, que em sua opinião deveria ser agosto,
135 com 75% dos dias letivos. **Magali** disse que entendeu, na última reunião do Conselho, que as
136 atividades só poderão ser retomadas quando tivermos todas as condições asseguradas, pois não
137 será fácil cumprir com todos os protocolos, uma vez que temos salas com 75 alunos, por exemplo.
138 Precisamos pensar se vamos ou não retomar as atividades de forma online, e com isso ganhar
139 tempo e fôlego para exigir da instituição todas as medidas necessárias para atender a docentes,
140 TAEs, estudantes e terceirizados. Por isso, acha muito difícil retomar as atividades presenciais
141 ainda esse ano. Acha que a carga horária e a questão da avaliação devem ser discutidas, sobretudo
142 para trabalhar com conceitos e não notas, pensar no que será feito com aqueles estudantes que não
143 conseguirem acompanhar, sobre a manutenção da pasta verde aberta e que, por isso, é importante
144 perguntar sobre o sistema universitário no Conselho de Graduação. Outra questão é a das férias:
145 caso as atividades sejam retomadas em agosto, seria importante um acordo coletivo entre docentes
146 para férias em julho. A questão do horário também deverá ser rediscutida, pois nem todas as UCs
147 poderão ser ministradas online, então como ficará a situação destes docentes, questionando se será
148 possível antecipar UCs do segundo semestre e mesclar os dois semestres, no sentido de ofertas as
149 UCs possíveis. Por fim, disse que é importante ter claro que esse calendário ainda não foi
150 aprovado pois há uma grande parcela da instituição que discorda dessa forma de trabalhar e na

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

A T A

151 importância de discutir isso melhor. Mas há uma pressão da Escola Paulista de Enfermagem e de
152 Medicina pela aprovação do reinício das aulas. Acha importante deixar claro que se trata de uma
153 situação excepcional e garantir que estamos em uma instituição, composta por vários campi. **Vera**
154 disse achar que as Câmaras devem ter protagonismo para apresentar propostas e ressaltou que
155 estamos trabalhando com dados de dois meses atrás e sugeriu revermos as UCs e uma eventual
156 mudança nas grades. Reitera a importância de manter a pasta verde aberta o tempo todo de modo a
157 atender todos os estudantes. Acha importante a questão das férias para todos em julho e disse que é
158 importante avançar em propostas. Ressaltou que teremos problemas seríssimos, pois todas as UCs
159 possuem carga horária prática e essas aulas práticas precisarão de adaptação ou reposição
160 presencial. Acredita que um calendário de reinício em agosto, temos tempo suficiente para planejar
161 e preparar as atividades e para atendimento dos alunos. **Marcelo** disse não ter clareza se os campi
162 terão independência para decidir e **Sandro** perguntou se os colegas se referem a férias ou recesso,
163 abrindo uma possibilidade de remarcação de férias, por exemplo. Perguntou também sobre os
164 estágios, em virtude da legislação vigente que impede a substituição por atividades a distância.
165 **Magali** respondeu que, a respeito das férias, há possibilidade de reprogramar, via Direção
166 Acadêmica. **Lúcia Rocha** também questionou sobre os estágios, pois teve a impressão de que a
167 pró-reitora de graduação abriu a possibilidade de flexibilizar algo relativo ao estágio. Com relação
168 às férias, perguntou se, diante da retomada com o professor estando em férias, ele estaria impedido
169 legalmente de lecionar. **Magali** respondeu que não deve haver concomitância de férias entre
170 chefes e vice-chefes de departamentos e coordenadores de curso e que, uma vez em férias, o
171 docente não deve lecionar. Disse ainda que, legalmente, não há amparo legal (há uma portaria que
172 indica quais estágios estão autorizados) e acha que esta é uma questão a ser feita à Prograd.
173 **Lucília** propôs discutir e votar ponto por ponto. Disse que concorda com a sugestão da Magali, de
174 ofertar UCs no lugar daquelas que não podem ser ofertadas remotamente, de modo a não represar
175 tanto os alunos e perguntou se isso seria factível. **Márcio** disse acreditar que sim, pois uma vez
176 votado novo calendário, o sistema se abriria para alterações, mas não sabemos como será, por
177 exemplo, a exclusão de UCs que não forem mantidas, se manual ou automática. **Vera** colocou a
178 possibilidade de uma nova consulta aos docentes sobre o retorno das atividades. **Lúcia** reforçou a
179 fala da Lucília sobre o calendário a partir das três possibilidades colocadas pela Prograd e sobre a
180 carga horária. **Fernando** complementou dizendo que está determinado que os cursos deverão rever
181 seus planos e que as unidades que não forem ofertadas agora deverão ser reofertadas
182 posteriormente e que acha importante definirmos qual o percentual da carga horária será ofertado,
183 bem como a data de reinício. **Vera** colocou em discussão os pontos sugeridos pela Lucília, de
184 votar pelo percentual de dias letivos, avaliação e calendário de reinício das aulas. Colocado em
185 votação o percentual de dias letivos a ser definido pelo campus Guarulhos (se 100%, 85% ou
186 75%), a maioria votou pelo percentual de 75% dos dias letivos, com uma abstenção e um voto
187 contrário. Sobre a possibilidade de designação de cumprido e não cumprido ou avaliação por nota
188 e frequência, a maioria votou pela designação de cumprido e não cumprido, com uma abstenção.
189 Colocado em votação o calendário de reinício (se em junho ou em agosto), **João** pediu a palavra e
190 sugeriu votar no calendário e por manter a data de fechamento da pasta verde. **Márcio** falou que
191 esses cenários obrigarão coordenadores pensarem nos dois semestres ao mesmo tempo. **Sandro**
192 retomou a questão das férias e sua possível alteração em função dos cenários. **Vera** esclareceu que
193 a possibilidade de manter a pasta verde aberta seria no sentido de não prejudicar os alunos que
194 porventura não conseguirem acesso e disse entender que a ideia da pasta verde paralela era de
195 garantir o fechamento. **Elaine** disse que se a pasta verde não fechar, temos impacto em relação a
196 pré-requisitos, pois impede que os alunos consigam se matricular, além de impactar os formandos.
197 Por isso, por mais que haja trabalho de correção de notas com o fechamento da pasta verde, isso
198 prejudica menos os estudantes. **Magali** disse achar importante que a superintendente do STI e a
199 equipe da Prograd participe dessas discussões, uma vez que a questão do sistema traz impactos e
200 os alunos não podem ser prejudicados. **Hamilton** manifestou preocupação sobre um possível

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

A T A

201 futuro questionamento a respeito de uma votação sobre calendário, sem que tenha havido consulta
202 aos docentes. **Vera** esclareceu que essa proposta foi feita na última sexta, sendo discutida hoje e
203 será votada no CG de quarta-feira e, portanto, não há tempo hábil para todas as discussões. **Magali**
204 concordou com a fala do Hamilton sobre uma decisão da Câmara sem que tenham um
205 posicionamento dos docentes/departamentos, no entanto, lembrou que haverá uma reunião de
206 Conselho de Graduação em que isso será votado e por isso seria importante que a Câmara tivesse
207 um indicativo para ter condições de se posicionar no Conselho de Graduação. **Lucília** reiterou a
208 fala dos pró-reitores de que o calendário só será retomado quando todos os estudantes tiverem
209 condições de acessibilidade e que, portanto, sabemos que dificilmente o calendário será retomado
210 em junho. Nesse sentido, acredita que a Câmara tenha todas as condições de tomar esta decisão.
211 **Vera** colocou em votação o calendário, se reinício em 29 de junho ou em 03 de agosto e a maioria
212 votou no reinício em 03 de agosto com duas abstenções. Sugeriu votar a questão relativa às férias,
213 sobre a possibilidade de reprogramar para os docentes. **Lídia** observou que este ponto não consta
214 da pauta e colocou a questão relativa ao remanejamento das férias também para os TAES, pois o
215 novo calendário implicará em novas adequações em termos de férias. Diante das discussões, **Vera**
216 sugeriu levar essa questão do remanejamento das férias para a reunião do CG, tanto para docentes
217 quanto para TAES. **Vera** retomou a discussão sobre os estágios e propôs encaminhar de modo a
218 levar o questionamento para a reunião do CG, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais
219 havendo a acrescentar, eu, Lídia Martins, lavrei a presente ata. Guarulhos, 03 de junho de 2020.